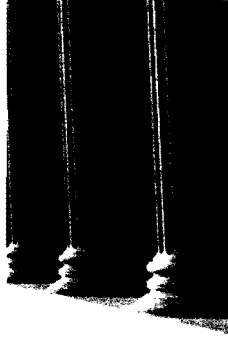


ALEXANDRE DE MORAES



DIREITO CONSTITUCIONAL

31^a edição

**Revista e atualizada até a EC nº 84, de 2 de
dezembro de 2014**

**SÃO PAULO
EDITORA ATLAS S.A. – 2015**

© 1996 by Editora Atlas S.A.



1. ed. 1997; 2. ed. 1997; 3. ed. 1998; 4. ed. 1998; 5. ed. 1999; 6. ed. 1999; 7. ed. 2000; 8. ed. 2000; 9. ed. 2001; 10. ed. 2001; 11. ed. 2002; 12. ed. 2002; 13. ed. 2003; 14. ed. 2003; 15. ed. 2004; 16. ed. 2004; 17. ed. 2005; 18. ed. 2005; 19. ed. 2006; 20. ed. 2006; 21. ed. 2007; 22. ed. 2007; 23. ed. 2008; 24. ed. 2009; 25. ed. 2010; 26. ed. 2010; 27. ed. 2011; 28. ed. 2012; 29. ed. 2013; 30. ed. 2014; 31. ed. 2015

Capa: Leonardo Hermano
Composição: Formato Serviços de Editoração Ltda.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Moraes, Alexandre de
Direito constitucional / Alexandre de Moraes. – 31. ed. –
São Paulo: Atlas, 2015.

Bibliografia.
ISBN 978-85-224-9855-0
ISBN 978-85-224-9856-7 (PDF)

1. Brasil – Direito constitucional 2. Direito constitucional I. Título.

96-5065
CDU-342

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito constitucional 342

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

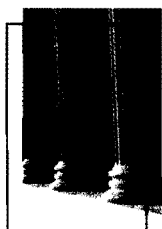
Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994,
de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil/*Printed in Brazil*



Editora Atlas S.A.
Rua Conselheiro Nébias, 1384
Campos Elísios
01203 904 São Paulo SP
011 3357 9144
atlas.com.br

107 421 1



Sumário

Nota à 31ª edição, xxix

Prefácio à 1ª edição, xxxi

1 DIREITO CONSTITUCIONAL, 1

- 1 Constitucionalismo, 1
 - 1.1 Estado Constitucional: Estado de Direito e Estado Democrático, 2
- 2 Conceito de Constituição, 6
- 3 Classificação das constituições, 7
 - 3.1 Quadro geral, 7
 - 3.2 Quanto ao conteúdo: constituições materiais, ou substanciais, e formais, 8
 - 3.3 Quanto à forma: constituições escritas e não escritas, 8
 - 3.4 Quanto ao modo de elaboração: constituições dogmáticas e históricas, 8
 - 3.5 Quanto à origem: constituições promulgadas (democráticas, populares) e outorgadas, 9
 - 3.6 Quanto à estabilidade: constituições imutáveis, rígidas, flexíveis e semirrígidas, 9
 - 3.7 Quanto à sua extensão e finalidade: constituições analíticas (dirigentes) e sintéticas (negativas, garantias), 10
 - 3.8 Constituição Federal de 1988, 10
 - 3.9 Outras classificações, 10
- 4 Aplicabilidade das normas constitucionais, 11
 - 4.1 Normas constitucionais de eficácia plena, contida e limitada, 11
 - 4.2 Normas constitucionais com eficácia absoluta, plena, relativa restringível e relativa complementável ou dependentes de complementação, 12
 - 4.3 Normas programáticas, 13
- 5 Interpretação das normas constitucionais, 14
 - 5.1 Interpretação conforme a Constituição – Declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução de texto – A interpretação constitucional e o ativismo judicial (Neoconstitucionalismo e Positivismo), 16

- 6 Preâmbulo constitucional, 16
- 7 Fundamentos da República Federativa do Brasil, 18
- 8 Objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, 20
- 9 Princípios de regência das relações internacionais da República Federativa do Brasil, 22
 - 9.1 Asilo político, 22

2 PODER CONSTITUINTE, 24

- 1 Conceito e finalidade, 24
- 2 Titularidade do poder constituinte, 24
- 3 Espécies de poder constituinte, 25
- 4 Poder constituinte originário, 25
 - 4.1 Conceito, 25
 - 4.2 Formas de expressão do poder constituinte originário, 25
 - 4.3 Características do poder constituinte originário, 26
- 5 Poder constituinte derivado, 27
 - 5.1 Conceito e características, 27
 - 5.2 Espécies de poder constituinte derivado, 27

3 DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, 28

- 1 Finalidade. Direitos fundamentais como direitos de defesa, 28
 - 1.1 Classificação dos direitos fundamentais, 28
- 2 Natureza jurídica das normas que disciplinam os direitos e garantias fundamentais, 30
 - 2.1 Relatividade dos direitos e garantias individuais e coletivos, 30
- 3 Direitos e garantias individuais, 31
 - 3.1 Diferenciação entre direitos e garantias individuais, 31
 - 3.2 Direitos fundamentais e garantias institucionais, 32
 - 3.3 Direitos fundamentais – classificação, 32
- 4 Destinatários da proteção, 33
- 5 Direito à vida, 34
- 6 Princípio da igualdade, 35
 - 6.1 Princípio da igualdade e limitação de idade em concurso público, 37
 - 6.2 Tratamento isonômico entre homens e mulheres (art. 5º, I), 38
 - 6.2.1 Critérios de admissão para concurso público, 39
 - 6.2.2 Critérios para admissão de emprego, 39
 - 6.2.3 Constitucionalidade da prerrogativa do foro em favor da mulher e sua aplicação tanto para a ação de separação judicial quanto para a de divórcio direto, 39
 - 6.3 Princípio da igualdade em relação homoafetiva e entidade familiar, 41
- 7 Princípio da legalidade, 41
 - 7.1 Princípios da legalidade e da reserva legal, 42
- 8 Tratamento constitucional da tortura (art. 5º, III e XLIII), 44

- 9 Liberdade de pensamento, direito de resposta e responsabilidade por dano material, moral ou à imagem (art. 5º, IV e V), 45
- 10 Liberdade de consciência, crença religiosa, convicção filosófica ou política e escusa de consciência (art. 5º, VI e VIII), 46
 - 10.1 Liberdade religiosa e Estado laico ou leigo, 47
 - 10.2 Escusa de consciência e serviço militar obrigatório, 48
 - 10.3 Limitações ao livre exercício do culto religioso, 49
 - 10.4 Religião e cultura, 49
 - 10.5 Assistência religiosa, 50
- 11 Indenização por dano material, moral ou à imagem, 50
 - 11.1 Direito de resposta ou de réplica, 52
- 12 Expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação (art. 5º, IX), 53
- 13 Inviolabilidade à intimidade, vida privada, honra e imagem, 54
- 14 Inviolabilidade domiciliar (art. 5º, XI), 55
 - 14.1 Questão do dia e da noite, 57
 - 14.2 Violação de domicílio por decisão administrativa ou parlamentar. Impossibilidade – cláusula de reserva jurisdicional, 58
 - 14.3 Inviolabilidade domiciliar e fisco, 59
- 15 Sigilo de correspondência e de comunicação (art. 5º, XII), 60
 - 15.1 Possibilidade de interceptação telefônica, 61
 - 15.2 Lei nº 9.296, de 24-7-1996 – Interceptações telefônicas, 63
 - 15.3 Gravação clandestina, 68
 - 15.4 Excepcionalidade na utilização dos dados obtidos mediante interceptação telefônica fora das hipóteses restritas de sua decretação: limitação subjetiva (descoberta de novos partícipes), limitações objetivas (“crime-achado” e investigações diversas) e prova emprestada, 71
- 16 Inviolabilidade de dados (art. 5º, X e XII): sigilos bancário e fiscal, 72
 - 16.1 Inviolabilidade constitucional da privacidade e do sigilo de dados, 72
 - 16.2 Características básicas das garantias dos sigilos bancário e fiscal, 75
 - 16.3 Possibilidade de quebra do sigilo por parte do Ministério Público, 78
 - 16.4 Supremo Tribunal Federal: sigilo/Ministério Público, 80
 - 16.5 Inviolabilidade à intimidade e sigilo de dados como cláusulas pétreas da Constituição Federal, 81
 - 16.6 Comissão Parlamentar de Inquérito e sigilo, 81
- 17 Direito de reunião (art. 5º, XVI), 82
 - 17.1 Desnecessidade de autorização da autoridade pública e interferência da polícia, 84
 - 17.2 Tutela do direito de reunião, 84
- 18 Direito de associação (art. 5º, XVII, XVIII, XIX, XX e XXI), 85
 - 18.1 Finalidade lícita, 85
 - 18.2 Caráter paramilitar, 85
 - 18.3 Vedação de interferência estatal, 85

- 18.4 Conteúdo do direito de associação, 85
- 18.5 Dissolução das associações, 86
- 18.6 Representação dos associados, 86
- 19 Apreciação de lesão ou ameaça de direito pelo poder judiciário (art. 5º, XXXV), 87
 - 19.1 Inexistência da jurisdição condicionada ou instância administrativa de curso forçado, 88
 - 19.2 Acesso ao Judiciário e à justiça desportiva, 88
 - 19.3 Inexistência da obrigatoriedade de duplo grau de jurisdição, 88
- 20 Direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada (art. 5º, XXXVI), 90
- 21 Princípio do juiz natural (art. 5º, XXXVII e LIII), 92
 - 21.1 Justiças especializadas e tribunais de exceção, 93
 - 21.2 Tribunais de ética e tribunais de exceção, 93
- 22 Tribunal do júri (art. 5º, XXXVIII), 93
 - 22.1 Plenitude de defesa, 94
 - 22.2 Sigilo de votações, 94
 - 22.3 Soberania dos veredictos e possibilidade de apelação, 94
 - 22.4 Competência constitucional do Tribunal de Júri, 95
- 23 Extradicação (art. 5º, LI e LII), 97
 - 23.1 Hipóteses constitucionais para a extradicação, 98
 - 23.2 Requisitos infraconstitucionais para a extradicação, 100
 - 23.3 Procedimento e decisão, 102
 - 23.4 Prisão preventiva por extradicação, 104
 - 23.5 Atuação do judiciário na extradicação, 106
 - 23.6 Extradicação, princípio da especialidade e pedido de extensão (extradicação supletiva), 106
 - 23.7 Extradicação e expulsão, 107
 - 23.8 Possibilidade de extradicação ou expulsão de pessoa casada com brasileiros ou com filhos brasileiros, 109
 - 23.9 Extradicação e deportação, 110
 - 23.9-A Extradicação e entrega (*surrender*), 110
 - 23.10 Expulsão e deportação de brasileiros, 111
 - 23.11 Necessidade de comutação da pena de prisão perpétua em pena privativa de liberdade com prazo máximo, 111
- 24 Devido processo legal, contraditório, ampla defesa e celeridade processual (art. 5º, LIV, LV e LXXVIII e Lei nº 11.419/06), 111
 - 24.1 Inquérito policial e contraditório, 114
 - 24.2 Celeridade processual e informatização do processo judicial (Lei nº 11.419/2006), 115
- 25 Provas ilícitas (art. 5º, LVI), 115
 - 25.1 Provas derivadas das provas ilícitas, 118
 - 25.2 Convalidação de provas obtidas por meios ilícitos com a finalidade de defesa das liberdades públicas fundamentais (legítima defesa), 121

- 25.3 Princípios da publicidade e moralidade administrativa e provas ilícitas, 123
- 26 Princípio da presunção de inocência (art. 5º, LVII), 124
- 27 Ação penal privada subsidiária (art. 5º, LIX), 126
- 28 Prisão civil, 127
- 29 Rol exemplificativo, 128
- 30 Direitos fundamentais, tratados internacionais e novos instrumentos de efetivação dos direitos humanos fundamentais, 129

4 TUTELA CONSTITUCIONAL DAS LIBERDADES, 133

- 1 *Habeas corpus*, 133
 - 1.1 Origem, 133
 - 1.2 Conceito e finalidade, 134
 - 1.3 Natureza jurídica, 137
 - 1.4 Garantia constitucional da liberdade de locomoção, 137
 - 1.5 Legitimidade ativa, 138
 - 1.6 Legitimidade passiva, 141
 - 1.7 Hipóteses e espécies, 141
 - 1.7.1 *Habeas corpus* preventivo (salvo-conduto), 141
 - 1.7.2 *Habeas corpus* liberatório ou repressivo, 141
 - 1.7.3 Liminar em *habeas corpus*, 141
 - 1.8 Possibilidade de supressão, 142
 - 1.9 *Habeas corpus* e assistente, 142
 - 1.10 Excesso de prazo, 143
 - 1.11 *Habeas corpus* impetrado contra coação ilegal atribuída à Turma do Supremo Tribunal Federal, 143
 - 1.12 *Habeas corpus* contra ato único ou colegiado de tribunais regionais federais ou estaduais, 144
 - 1.13 *Habeas corpus* contra ato ilegal imputado a promotor de justiça, 146
 - 1.14 *Habeas corpus* contra ato da Turma Recursal nos Juizados Especiais Criminais, 147
 - 1.15 *Habeas corpus* contra ato do juiz especial nos Juizados Especiais Criminais, 148
 - 1.16 *Habeas corpus* e recursos ordinários – concomitância, 148
 - 1.17 *Habeas corpus* – substituição de recurso ordinário constitucional prevista para denegação da ordem – viabilidade, 149
 - 1.18 *Habeas corpus* e punições disciplinares militares, 150
 - 1.19 Empate no *habeas corpus*, 150
 - 1.20 Tutela da liberdade de locomoção – *habeas corpus* – recurso ordinário constitucional STJ, 151
- 2 *Habeas data*, 151
 - 2.1 Conceito, 151
 - 2.2 Natureza jurídica, 152

- 2.3 Finalidade, 152
- 2.4 Cabimento, 153
- 2.5 Legitimação ativa, 154
- 2.6 Legitimação passiva, 155
- 2.7 Procedimento (Lei nº 9.507/97), 156
- 2.8 Direito ao conhecimento e à retificação, 158
- 2.9 Competência, 159
- 2.10 *Habeas data* e dados sigilosos, 160
- 3 Mandado de segurança, 162
 - 3.1 Conceito e finalidade, 162
 - 3.2 Espécies, 162
 - 3.3 Natureza jurídica, 163
 - 3.4 Cabimento do mandado de segurança, 163
 - 3.5 Conceito de direito líquido e certo, 166
 - 3.6 Legitimação ativa – impetrante, 166
 - 3.7 Legitimação passiva – impetrado, 167
 - 3.8 Prazo para impetração do mandado de segurança, 169
 - 3.9 Competência, 170
 - 3.10 Competência do mandado de segurança contra atos e omissões de tribunais, 171
 - 3.11 Mandado de segurança individual e coletivo e liminares, 172
 - 3.12 Tutela dos direitos líquidos e certos – mandado de segurança – recurso ordinário constitucional STJ, 174
- 4 Mandado de segurança coletivo, 174
 - 4.1 Conceito, 174
 - 4.2 Finalidade, 174
 - 4.3 Objeto, 174
 - 4.4 Legitimação ativa e passiva, 176
 - 4.5 Beneficiários, 179
 - 4.6 Mandado de segurança coletivo e individual, 180
- 5 Mandado de injunção, 180
 - 5.1 Histórico, 180
 - 5.2 Conceito, 181
 - 5.3 Objeto do mandado de injunção, 182
 - 5.4 Requisitos, 183
 - 5.5 Legitimidade ativa, 183
 - 5.6 Legitimidade passiva, 184
 - 5.7 Procedimento, 184
 - 5.8 Competência, 185
 - 5.9 Decisão e efeitos do mandado de injunção, 186
- 6 Direito de certidão, 193
- 7 Direito de petição, 194

- 7.1 Histórico e conceito, 194
- 7.2 Natureza, 194
- 7.3 Legitimidade ativa e passiva, 195
- 7.4 Finalidade, 195
- 8 Ação popular, 196
 - 8.1 Conceito, 196
 - 8.2 Finalidade, 196
 - 8.3 Requisitos, 196
 - 8.4 Objeto, 197
 - 8.5 Legitimação ativa, 197
 - 8.6 Legitimação passiva, 199
 - 8.7 Natureza da decisão, 199
 - 8.8 Competência, 199
 - 8.9 Sentença e coisa julgada, 200
- 9 Texto integral dos direitos e garantias individuais da Constituição Federal de 1988, 200

5 DIREITOS SOCIAIS, 206

- 1 Conceito e abrangência, 206
- 2 Direito à segurança no emprego, 207
- 3 Rol dos direitos sociais, 208
- 4 Liberdade de associação profissional ou sindical, 212
 - 4.1 Conceituação, 212
 - 4.2 Classificação dos direitos sindicais, 213
 - 4.3 Contribuições confederativa e sindical – diferenças e exigibilidade, 215
- 5 Direito de greve, 216

6 DIREITO DE NACIONALIDADE, 219

- 1 Conceito, 219
- 2 Definições relacionadas à matéria, 219
- 3 Espécies de nacionalidade, 220
- 4 Brasileiros natos, 221
 - 4.1 Critérios de atribuição de nacionalidade originária, 221
- 5 Hipóteses de aquisição originária, 221
 - 5.1 Os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país, 222
 - 5.2 Os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil, 223
 - 5.3 Nacionalidade potestativa: os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade (EC nº 54/07), pela nacionalidade brasileira, 223

- 5.4 Opção, 224
- 5.5 Os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente (*ius sanguinis* + registro – EC nº 54/07), 226
- 6 Brasileiro naturalizado, 228
 - 6.1 Espécies de naturalização, 228
 - 6.1.1 Naturalização tácita ou grande naturalização, 228
 - 6.1.2 Naturalização expressa, 229
 - 6.2 Radicação precoce e curso superior, 233
- 7 Tratamento diferenciado entre brasileiro nato e naturalizado, 233
 - 7.1 Brasileiro nato e naturalizado – diferenças, 234
 - 7.2 Cargos, 234
 - 7.3 Função, 235
 - 7.4 Extradicação, 235
 - 7.5 Direito de propriedade/manifestação de pensamento/informação, 236
- 8 Perda do direito de nacionalidade, 236
 - 8.1 Ação de cancelamento de naturalização, 237
 - 8.2 Naturalização voluntária, 238
 - 8.2.1 Regra constitucional, 238
 - 8.2.2 Exceções constitucionais, 239

7 DIREITOS POLÍTICOS, 241

- 1 Conceito, 241
- 2 Direitos políticos, 241
- 3 Núcleo dos direitos políticos – direito de sufrágio, 242
 - 3.1 Conceituação, 242
 - 3.2 Classificação, 243
- 4 Capacidade eleitoral ativa, 244
- 5 Direito de voto, 245
 - 5.1 Natureza do voto, 245
 - 5.2 Caracteres do voto, 245
- 6 Plebiscito e referendo: exercício do direito de voto, 247
- 7 Elegibilidade, 248
 - 7.1 Conceito, 248
 - 7.2 Condições, 248
- 8 Direitos políticos negativos, 251
 - 8.1 Conceito, 251
 - 8.2 Inelegibilidades, 251
 - 8.3 Quadro de inelegibilidades, 252
 - 8.4 Inelegibilidade absoluta, 252
 - 8.5 Inelegibilidade relativa, 253
 - 8.5.1 Por motivos funcionais, 253

- 8.5.2 Por motivos de casamento, parentesco ou afinidade, 265
 - 8.5.2.1 Inelegibilidade reflexa e renúncia do detentor de mandato executivo, 268
- 8.5.3 Militar, 270
- 8.5.4 Previsões de ordem legal, 271
- 9 Privação dos direitos políticos, 272
 - 9.1 Perda, 273
 - 9.1.1 Cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional (CF, art. 12, § 4º), 273
 - 9.1.2 Escusa de consciência, 273
 - 9.1.3 Outros casos de perda, 275
 - 9.2 Suspensão, 275
 - 9.2.1 Incapacidade civil absoluta, 275
 - 9.2.2 Condenação criminal com trânsito em julgado enquanto durarem seus efeitos, 275
 - 9.2.3 Improbidade administrativa, 281
- 10 Partidos políticos, 282
 - 10.1 Princípio da anualidade eleitoral e fim da verticalização, 284
- 11 Língua e símbolos oficiais, 287

8 ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA, 289

- 1 Regras de organização, 289
 - 1.1 Adoção da federação, 289
 - 1.2 Princípio da indissolubilidade do vínculo federativo, 291
 - 1.3 Capital Federal, 291
 - 1.4 União, 292
 - 1.5 Estados-membros, 293
 - 1.5.1 Autonomia estadual, 293
 - 1.5.2 Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, 298
 - 1.6 Municípios, 298
 - 1.6.1 Lei orgânica municipal, 299
 - 1.6.2 Prefeito municipal – responsabilidade criminal e política, 304
 - 1.6.3 Vereadores – imunidade material, 308
 - 1.7 Distrito Federal, 310
 - 1.8 Territórios, 310
 - 1.9 Formação dos Estados, 311
 - 1.9.1 Fusão (incorporação entre si), 313
 - 1.9.2 Subdivisão, 313
 - 1.9.3 Desmembramento, 313
 - 1.10 Formação de municípios, 314
 - 1.11 Vedações constitucionais de natureza federativa, 316

- 2 Repartição de competências, 317
 - 2.1 Conceito, 317
 - 2.2 Princípio básico para a distribuição de competências – predominância do interesse, 318
 - 2.3 Repartição em matéria administrativa, 319
 - 2.3.1 Quadro geral, 319
 - 2.3.2 Competências administrativas da União, 319
 - 2.3.3 Competências administrativas dos Estados-membros, 321
 - 2.3.4 Competências administrativas dos municípios, 321
 - 2.3.5 Competências administrativas do Distrito Federal, 322
 - 2.3.6 Competência administrativa comum, 322
 - 2.4 Repartição em matéria legislativa, 323
 - 2.4.1 Quadro geral de repartição de competência legislativa, 323
- 3 Intervenção, 336
 - 3.1 Parte geral, 336
 - 3.2 Intervenção federal, 337
 - 3.2.1 Quadro geral, 337
 - 3.2.2 Hipóteses, 338
 - 3.2.3 Procedimento de intervenção federal, 338
 - 3.3 Intervenção estadual nos municípios, 341

9 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 343

- 1 Conceito, 343
- 2 Princípios constitucionais da administração pública, 344
 - 2.1 Princípio da legalidade, 344
 - 2.2 Princípio da impessoalidade, 345
 - 2.3 Princípio da moralidade, 345
 - 2.4 Princípio da publicidade, 347
 - 2.5 Princípio da eficiência, 347
 - 2.5.1 Introdução, 347
 - 2.5.2 Princípio da eficiência e direito comparado, 348
 - 2.5.3 Conceito, 349
 - 2.5.4 Características do princípio da eficiência, 351
 - 2.5.5 Aplicabilidade e fiscalização, 355
- 3 Preceitos de observância obrigatória à administração pública da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, 356
 - 3.1 Fixação do teto salarial do funcionalismo, 361
 - 3.2 Aplicação do teto remuneratório constitucional e do subsídio mensal dos membros e servidores do Poder Judiciário, 363
- 4 Concurso público, 365
- 5 Direitos sociais dos servidores públicos civis (livre associação sindical e greve), 370
- 6 Servidor público e data-base – princípio da periodicidade, 374

- 7 Cumulação de vencimentos no setor público, 375
- 8 Licitação: interpretação de acordo com a finalidade constitucional, 379
 - 8.1 Da necessidade da licitação, 379
 - 8.2 Das hipóteses excepcionais de ausência de licitação, 380
 - 8.3 Da dispensa da licitação, 381
 - 8.4 Da inexigibilidade da licitação, 382
 - 8.5 Conclusão, 382
- 9 Publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos, 383
- 10 Improbidade administrativa, 385
- 11 Ação civil pública por ato de improbidade, 389
- 12 Responsabilidade civil objetiva do Poder Público, 391
 - 12.1 Responsabilidade civil do poder público por danos causados a alunos no recinto de estabelecimento oficial de ensino, 394
- 13 Servidor público e mandato eletivo, 394
- 14 Sistema remuneratório do servidor público, 395
- 15 Regra geral de aposentadoria do servidor público civil, 398
 - 15.1 Fixação e atualização dos proventos de aposentadoria (ECs nºs 41/03 e 47/05), 401
 - 15.2 Pensão por morte de servidor público, 403
 - 15.3 Regra de transição de aposentadoria voluntária proporcional, 405
 - 15.3.1 Regra de transição e magistrados, membros do Ministério Público e Tribunal de Contas, 407
 - 15.3.2 Regra de transição para professor, 407
 - 15.4 Regime de previdência complementar no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, 408
 - 15.5 Servidores públicos e contribuição previdenciária, 408
 - 15.6 Quadro geral sobre previdência dos servidores públicos civis, 410
 - 15.7 Emenda Constitucional nº 41/03 e o respeito aos direitos adquiridos, 411
 - 15.8 Previdência Social e direitos adquiridos, 412
- 16 Estabilidade do servidor público civil, 413
- 17 Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, 415
- 18 Militares dos Estados, Distrito Federal e Territórios e cargo público civil, 416
 - 18.1 Cargo público civil permanente, 416
 - 18.2 Cargo, emprego ou função pública temporária, 417
- 19 Militares dos Estados, Distrito Federal e Territórios e Direitos Sociais, 417
- 20 Emendas Constitucionais nºs 19/98, 41/03 e 47/05, teto salarial e respeito aos direitos adquiridos, 418

10 ORGANIZAÇÃO DOS PODERES E DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 426

- 1 Separação das funções estatais – limitação do poder e garantia dos direitos fundamentais, 426

- 1.1 Introdução, 426
- 1.2 Funções estatais, imunidades e garantias em face do princípio da igualdade, 427
- 1.3 Funções estatais: Poder Legislativo, Poder Executivo, Poder Judiciário e Ministério Público, 430
- 1.4 Conclusão inicial, 431
- 2 Poder legislativo, 432
 - 2.1 Funções, 432
 - 2.2 Congresso Nacional, 432
 - 2.3 Câmara dos Deputados, 436
 - 2.3.1 Suplência e permanência no partido, 438
 - 2.4 Senado Federal, 439
 - 2.4.1 Suplência e permanência no partido, 441
 - 2.5 Função típica – fiscalização. Comissões parlamentares de inquérito, 442
 - 2.5.1 Limitações constitucionais às Comissões Parlamentares de Inquérito, 444
 - 2.6 Tribunal de Contas, 453
 - 2.6.1 Conceito, funções e finalidades, 453
 - 2.6.2 Tribunal de Contas – escolha pelo Presidente da República (1/3), 455
 - 2.6.3 Tribunais de Contas estaduais, distrital e municipais, 456
 - 2.6.4 Tribunal de Contas e rejeição de contas do Chefe do Poder Executivo, 458
 - 2.7 Estatuto dos congressistas, 458
 - 2.7.1 Introdução, 458
 - 2.7.2 Finalidade democrática, 459
 - 2.7.3 Histórico, 460
 - 2.7.4 Conceito de imunidades, 464
 - 2.7.5 Imunidades materiais, 464
 - 2.7.6 Imunidade formal – definição histórica, 468
 - 2.7.7 Imunidade formal em relação à prisão, 470
 - 2.7.8 Imunidade formal em relação ao processo nos crimes praticados após a diplomação, 472
 - 2.7.9 Prerrogativa de foro em razão da função, 477
 - 2.7.10 Vencimentos dos parlamentares, 480
 - 2.7.11 Deputados Federais/Senadores da República e Forças Armadas, 481
 - 2.7.12 Parlamentar e obrigação de testemunhar, 481
 - 2.7.13 Irrenunciabilidade das imunidades, 481
 - 2.7.14 Imunidades e Parlamentar licenciado para exercício de cargo executivo (Ministro de Estado, Secretário de Estado), 481
 - 2.7.15 Incompatibilidades, 482
 - 2.7.16 Perda do mandato, 483

- 2.7.17 Conclusão, 488
- 3 Poder Executivo, 490
 - 3.1 Estrutura do Poder Executivo, 493
 - 3.1.1 Chefe de Estado e Chefe de Governo, 493
 - 3.1.2 Modo de investidura e posse no cargo de Presidente da República, 493
 - 3.1.3 Vacância da Presidência da República, 497
 - 3.1.4 Atribuições do Presidente da República, 499
 - 3.1.5 Vice-presidente da República, 501
 - 3.1.6 Órgãos auxiliares do Presidente da República. Ministros. Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional, 503
 - 3.2 Responsabilidade do Presidente da República: prerrogativas e imunidades do Presidente da República, 506
 - 3.2.1 Crimes de responsabilidade, 507
 - 3.2.2 Crimes comuns, 518
- 4 Poder Judiciário, 524
 - 4.1 Conceito, 524
 - 4.2 Quadro de organização estrutural, 526
 - 4.3 Funções típicas e atípicas, 527
 - 4.4 Garantias do Poder Judiciário, 528
 - 4.4.1 Garantias institucionais, 529
 - 4.4.2 Garantias aos membros, 532
 - 4.4.3 Independência do Poder Judiciário e controle externo, 536
 - 4.4.4 Supremo Tribunal Federal e controle externo do Poder Judiciário, 539
 - 4.4.5 Conselho Nacional de Justiça, 540
 - 4.5 Organização do Poder Judiciário, 563
 - 4.5.1 Fixação de subsídios do Poder Judiciário, 565
 - 4.5.2 Requisitos para ingresso na carreira da magistratura, 566
 - 4.5.3 Aferição do merecimento para promoção de magistrados e acesso aos Tribunais de 2º grau, 567
 - 4.5.4 Órgão especial dos tribunais – competências e critérios para a composição e eleição, 568
 - 4.5.5 Vedação constitucional às férias coletivas nos juízos e tribunais de 2º grau e regulamentação do expediente forense no período natalino e na prestação jurisdicional ininterrupta, por meio de plantão permanente, 573
 - 4.6 Escolha dos membros dos Tribunais Superiores, 574
 - 4.6.1 Supremo Tribunal Federal (art. 101 da CF), 575
 - 4.6.2 Superior Tribunal de Justiça (art. 104 da CF), 576
 - 4.6.3 Tribunal Superior Eleitoral (art. 118 da CF), 578
 - 4.6.4 Tribunal Superior do Trabalho (art. 111-A da CF), 579
 - 4.6.5 Superior Tribunal Militar (art. 123 da CF), 580

- 4.7 Distribuição de competências jurisdicionais, 581
 - 4.7.1 Supremo Tribunal Federal, 581
 - 4.7.2 Superior Tribunal de Justiça, 593
 - 4.7.3 Justiça do Trabalho, 597
 - 4.7.4 Justiça Eleitoral, 601
 - 4.7.5 Justiça Militar, 602
 - 4.7.6 Justiça Federal, 602
 - 4.7.7 Justiça Estadual, 604
 - 4.7.8 Composição dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais do Trabalho, dos Tribunais dos Estados e do Distrito Federal e Territórios: Regra do “Quinto Constitucional”, 606
- 4.8 Quadro de competência para julgamento de autoridades da República (os artigos referem-se à Constituição Federal) , 608
- 4.9 Recurso extraordinário e repercussão geral das questões constitucionais (Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006), 612
 - 4.9.1 Recurso Extraordinário, 612
 - 4.9.2 Requisitos constitucionais para o Recurso Extraordinário, 614
 - 4.9.3 Emenda Constitucional nº 45/04 e repercussão geral, 615
 - 4.9.4 Recurso extraordinário e repercussão geral (Lei nº 11.418/06), 617
 - 4.9.5 Repercussão Geral e Regimento do STF, 620
 - 4.9.6 Repercussão geral e multiplicidade de recursos extraordinários, 621
- 5 Ministério Público, 623
 - 5.1 Histórico, 623
 - 5.2 Origem e desenvolvimento no Brasil, 624
 - 5.3 Posicionamento constitucional, 629
 - 5.4 Conceito, 630
 - 5.5 Princípios do Ministério Público, 631
 - 5.5.1 Unidade, 631
 - 5.5.2 Indivisibilidade, 632
 - 5.5.3 Princípio da independência ou autonomia funcional, 632
 - 5.5.4 Princípio do promotor natural, 633
 - 5.6 Funções, 634
 - 5.7 Ministério Público e poder de investigação, 637
 - 5.8 Ministério Público e legitimidade para defesa do patrimônio público e zelo dos direitos constitucionais do cidadão, 639
 - 5.9 Garantias do Ministério Público, 641
 - 5.9.1 Garantias da instituição, 642
 - 5.9.2 Garantias dos membros, 648
 - 5.10 Vedação ao exercício da política partidária, 650
 - 5.11 Vedação ao exercício de qualquer outra função pública, salvo uma de magistério, 652

- 5.12 Da impossibilidade de supressão ou alteração das funções, garantias e prerrogativas constitucionais do Ministério Público, 653
- 5.13 EC nº 45/04 e Conselho Nacional do Ministério Público, 658
- 5.14 Ministério Público junto aos Tribunais de Contas, 663
- 6 Advocacia pública, 665
- 7 Advocacia, 666
 - 7.1 Indispensabilidade do advogado, 666
 - 7.2 Imunidade do advogado, 667
- 8 Defensoria pública, 669

11 PROCESSO LEGISLATIVO, 671

- 1 Conceito, 671
- 2 Noções gerais, 673
 - 2.1 Conceitos iniciais, 673
 - 2.2 Processos legislativos, 674
 - 2.2.1 Classificação em relação às formas de organização política, 674
 - 2.2.2 Classificação em relação à sequência das fases procedimentais, 674
- 3 Processo legislativo ordinário, 675
 - 3.1 Fase introdutória, 675
 - 3.1.1 Iniciativa de lei do poder judiciário, 675
 - 3.1.2 Iniciativa privativa do Presidente da República – art. 61, 676
 - 3.1.3 Emenda que aumenta a despesa em projeto de iniciativa exclusiva do chefe do Poder Executivo ou que desnature o projeto original, 678
 - 3.1.4 Vício de iniciativa e sanção, 679
 - 3.1.5 Iniciativa de lei do Ministério Público, 680
 - 3.1.6 Iniciativa popular de lei, 681
 - 3.1.7 Iniciativa de lei para fixação de subsídios dos Ministros do Supremo Tribunal Federal (teto salarial), 681
 - 3.2 Fase constitutiva, 682
 - 3.2.1 Deliberação parlamentar, 682
 - 3.2.2 Deliberação executiva, 687
 - 3.3 Fase complementar, 690
 - 3.3.1 Promulgação, 690
 - 3.3.2 Publicação, 690
- 4 Espécies normativas, 691
 - 4.1 Emendas constitucionais, 691
 - 4.1.1 Quadro geral sobre limitações ao poder reformador, 693
 - 4.1.2 Limitações expressas, 693
 - 4.1.3 Limitações implícitas, 696
 - 4.2 Lei complementar, 697
 - 4.2.1 Lei complementar e lei ordinária – diferenças, 697

- 4.2.2 Processo legislativo especial da lei complementar, 698
- 4.2.3 Hierarquia – lei complementar e lei ordinária, 698
- 4.3 Medidas provisórias, 700
 - 4.3.1 Procedimento da medida provisória – aprovação integral, 701
 - 4.3.2 Aprovação da medida provisória pelo Congresso Nacional com alterações, 704
 - 4.3.3 Rejeição expressa da medida provisória pelo Congresso Nacional, 705
 - 4.3.4 Rejeição tácita da medida provisória não deliberada no prazo de 60 dias pelo Congresso Nacional, 707
 - 4.3.5 Impossibilidade de o Presidente da República retirar da apreciação do Congresso Nacional medida provisória já editada, 708
 - 4.3.6 Medida provisória e lei anterior que trate do mesmo assunto, 708
 - 4.3.7 Efeitos e disciplina no caso de rejeição da medida provisória, 708
 - 4.3.8 Medidas provisórias e controle de constitucionalidade, 709
 - 4.3.9 Estados-membros e municípios – possibilidade de edição de medidas provisórias, 712
 - 4.3.10 Medida provisória e decreto-lei, 714
 - 4.3.11 Limites materiais à edição de medidas provisórias, 714
- 4.4 Lei delegada, 720
 - 4.4.1 Natureza jurídica, 720
 - 4.4.2 Processo legislativo especial da lei delegada, 720
 - 4.4.3 O poder do Congresso Nacional de sustar a lei delegada, 721
- 4.5 Decreto legislativo, 722
 - 4.5.1 Conceito, 722
 - 4.5.2 Processo legislativo especial previsto para a elaboração do decreto legislativo, 722
 - 4.5.3 Tratados e atos internacionais e incorporação com *status* ordinário ou constitucional (direitos humanos), 723
- 4.6 Resolução, 727
 - 4.6.1 Conceito, 727
 - 4.6.2 Espécies, 727
 - 4.6.3 Processo legislativo especial para a elaboração das resoluções, 727
- 4.7 Leis orçamentárias, 728
 - 4.7.1 Processo legislativo especial para as leis relativas ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais, 729
 - 4.7.2 Possibilidade de apresentação de emendas aos projetos de leis orçamentárias, 729

- 4.7.3 Rejeição do projeto de lei de diretrizes orçamentárias e do projeto de lei orçamentária, 730

12 CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE, 732

- 1 Ideia central, 732
- 2 Conceito, 734
- 3 Pressupostos ou requisitos de constitucionalidade das espécies normativas, 734
 - 3.1 Requisitos formais, 734
 - 3.1.1 Subjetivos, 734
 - 3.1.2 Objetivos, 735
 - 3.2 Requisitos substanciais ou materiais, 735
- 4 O descumprimento da lei ou do ato normativo inconstitucional pelo poder executivo, 735
- 5 Espécies de controle de constitucionalidade, 736
 - 5.1 Em relação ao momento de realização, 736
 - 5.2 Controle repressivo em relação ao órgão controlador, 737
 - 5.2.1 Político, 737
 - 5.2.2 Judiciário ou jurídico, 737
 - 5.2.3 Misto, 737
 - 5.3 Modelos clássicos de controle de constitucionalidade, 737
 - 5.4 Controle de constitucionalidade no Brasil, 740
- 6 Controle preventivo, 741
 - 6.1 Comissões de constituição e justiça, 741
 - 6.2 Veto jurídico, 741
- 7 Controle repressivo de constitucionalidade, 742
- 8 Controle repressivo realizado pelo poder legislativo, 742
 - 8.1 Art. 49, V, da Constituição Federal, 742
 - 8.2 Art. 62 da Constituição Federal, 742
- 9 Controle repressivo realizado pelo poder judiciário, 743
 - 9.1 Difuso ou aberto, 743
 - 9.1.1 Questão do art. 97 – cláusula de reserva de plenário, 746
 - 9.1.2 Controle difuso e Senado Federal (art. 52, X, CF), 748
 - 9.1.3 Efeitos da declaração de inconstitucionalidade – controle difuso, 750
 - 9.1.4 Controle difuso de constitucionalidade em sede de ação civil pública, 751
 - 9.1.5 Controle difuso de constitucionalidade durante o processo legislativo, 754
 - 9.1.6 Supremo Tribunal Federal e controle difuso de constitucionalidade durante o processo legislativo, 757
 - 9.2 Controle concentrado ou via de ação direta, 758
- 10 Ação direta de inconstitucionalidade genérica, 760
 - 10.1 Competência, 760

- 10.2 Objeto, 760
 - 10.2.1 Conceito de leis e atos normativos, 761
 - 10.2.2 Impossibilidade do controle de constitucionalidade das normas originárias, 764
 - 10.2.3 Controle concentrado de lei ou ato normativo municipal ou estadual em face das constituições estaduais, 764
 - 10.2.4 Controle concentrado de lei ou ato normativo municipal em face da Constituição Federal, 765
 - 10.2.5 Controle concentrado de lei ou ato normativo distrital em face da Constituição Federal, 766
 - 10.2.6 Controle concentrado de lei ou ato normativo anterior à Constituição Federal, 766
 - 10.2.7 Controle concentrado e respeito à legalidade, 767
 - 10.2.8 Tratados internacionais e controle de constitucionalidade, 767
 - 10.2.9 Controle de constitucionalidade e decretos, 770
- 10.3 Legitimação, 770
 - 10.3.1 Adin e pertinência temática, 771
 - 10.3.2 Adin e entidades de classe ou confederações sindicais, 772
 - 10.3.3 Partidos políticos com representação no Congresso Nacional, 772
 - 10.3.4 Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, 773
- 10.4 Finalidade da ação direta de inconstitucionalidade, 774
- 10.5 Pedido de cautelar nas ações diretas de inconstitucionalidade, 775
- 10.6 Ação direta de inconstitucionalidade e prazo decadencial, 778
- 10.7 Advogado-Geral da União, 778
- 10.8 Procedimento e decisão, 779
- 10.8-A *Amicus curiae* e democratização do controle concentrado de constitucionalidade, 781
- 10.8-B Julgamento e decisão, 785
- 10.9 Efeitos da declaração de inconstitucionalidade – controle concentrado, 786
- 10.9-A Modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade, 788
- 10.9-B Efeitos repristinatórios, 795
 - 10.9.1 Interpretação conforme a Constituição, 796
 - 10.9.2 Declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução de texto, 799
 - 10.9.3 A interpretação constitucional e o ativismo judicial, 800
 - 10.9.4 Reclamações e garantia da eficácia das decisões do STF em sede de ação direta de inconstitucionalidade, 802
- 11 Ação direta de inconstitucionalidade interventiva, 804
- 12 Ação direta de inconstitucionalidade por omissão (ADO), 806
 - 12.1 Finalidade, 806
 - 12.2 Objeto, 806

- 12.3 Inconstitucionalidade por omissão, 806
 - 12.3.1 Legitimidade e procedimento, 807
- 12.4 Decisão do Supremo Tribunal Federal, 808
- 12.5 ADI por omissão (ADO) e medida liminar, 809
- 13 Ação declaratória de constitucionalidade, 810
 - 13.1 Previsão, 810
 - 13.2 Finalidade, 811
 - 13.3 Legitimidade, 811
 - 13.4 Objeto, 812
 - 13.5 Procedimento e julgamento, 813
 - 13.6 Efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal, 817
- 14 Arguição de descumprimento de preceito fundamental, 818
 - 14.1 Arguição de descumprimento de preceito fundamental preventiva e repressiva, 823
 - 14.2 Arguição de descumprimento de preceito fundamental por equiparação, 824
- 15 Súmulas vinculantes (Lei nº 11.417/06), 826

13 DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS, 839

- 1 Estado de defesa e estado de sítio, 839
 - 1.1 Quadro comparativo: estado de defesa e estado de sítio, 840
- 2 Forças armadas, 843
- 3 Segurança pública, 844

14 ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA, 848

- 1 Dos princípios gerais da atividade econômica, 849
- 2 Intervenção do Estado no domínio econômico, 851
 - 2.1 Utilização de radioisótopos para a pesquisa e usos médicos, agrícolas e industriais, 852
- 3 Da política urbana, 853
 - 3.1 Competência para estabelecimento de políticas de desenvolvimento urbano, 853
 - 3.2 Usucapião constitucional de área urbana, 853
- 4 Da política agrícola e fundiária e da reforma agrária, 853
 - 4.1 Preceitos da política agrícola, 853
 - 4.2 Destinação das terras públicas e devolutas, 854
 - 4.3 Reforma agrária, 854
 - 4.4 Usucapião constitucional de área rural, 856
- 5 Do sistema financeiro nacional, 856
 - 5.1 Emenda Constitucional nº 40/03, 856
 - 5.2 Regulamentação por leis complementares e revogação da previsão da taxa anual de juros de 12%, 857

15 ORDEM SOCIAL, 859

- 1 Seguridade social, 859
 - 1.1 Parte geral, 859
 - 1.1.1 Conceito, 859
 - 1.1.2 Objetivos, 860
 - 1.2 Saúde, 861
 - 1.2.1 Conceito, 861
 - 1.2.2 Diretrizes e preceitos constitucionais relacionados à saúde, 861
 - 1.2.3 Atribuições constitucionais do Sistema Único de Saúde, 862
 - 1.2.4 Promoção da saúde pública e combate a endemias, 862
 - 1.3 Previdência social, 863
 - 1.3.1 Plano de previdência social, 863
 - 1.3.2 Regras sobre aposentadoria, 864
 - 1.3.3 Regra de transição de aposentadoria voluntária integral e proporcional, 865
 - 1.3.4 Regra de transição para professor, 866
 - 1.3.5 Regime de previdência privada de caráter complementar, 866
 - 1.4 Assistência social, 867
- 2 Educação, cultura e desporto, 868
 - 2.1 Educação, 868
 - 2.1.1 Conceito, 868
 - 2.1.2 Princípios constitucionais do ensino, 869
 - 2.1.3 Objetivos constitucionais da educação (art. 214 da CF), 870
 - 2.1.4 Universidades, 871
 - 2.1.5 Preceitos constitucionais sobre a educação, 871
 - 2.1.6 Organização dos sistemas de ensino, 872
 - 2.1.7 Aplicação obrigatória de recursos à educação, 873
 - 2.2 Cultura, 873
 - 2.3 Desporto, 875
 - 2.3.1 Preceitos constitucionais, 875
 - 2.3.2 Justiça desportiva, 876
- 3 Ciência e tecnologia, 876
- 4 Comunicação social, 876
 - 4.1 Comunicação social e liberdade de informação, 878
 - 4.2 Garantia constitucional do sigilo da fonte, 880
- 5 Meio ambiente, 880
 - 5.1 Constituição e proteção ao meio ambiente, 880
 - 5.2 Regras constitucionais específicas sobre meio ambiente, 885
- 6 Família, criança, adolescente, jovem e idoso, 887
 - 6.1 Conceituação, 887
 - 6.2 Regras de regência das relações familiares, 888
 - 6.2.1 Princípio da paternidade responsável e exame do DNA, 889

- 6.3 Tutela das crianças e dos adolescentes, 890
- 6.4 Tutela aos idosos, 891
 - 6.4.1 Constituição Federal e Estatuto do Idoso, 891
 - 6.4.2 Saúde do idoso e cidadania, 892
 - 6.4.3 Estatuto do Idoso e fiscalização às entidades de atendimento aos idosos, 893
 - 6.4.4 Idoso e transporte público, 894
- 7 Índios, 895

16 SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL, 898

- 1 Conceito, 898
- 2 Competências tributárias, 900
- 3 Espécies de tributos, 901
 - 3.1 Impostos, 902
 - 3.2 Taxas, 903
 - 3.3 Contribuições de melhoria, 905
 - 3.4 Contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, 906
 - 3.5 Empréstimo compulsório, 906
- 4 Competência residual tributária, 908
- 5 Imposto extraordinário, 909
- 6 Divisão dos tributos em espécie pelos entes federativos, 909
- 7 Repartição das receitas tributárias pelos entes federativos, 911
- 8 Regras constitucionais para repartição das receitas tributárias, 912
- 9 Limitações do poder de tributar, 916
 - 9.1 Princípio da reserva legal tributária ou da legalidade estrita, 917
 - 9.2 Princípio da igualdade tributária, 918
 - 9.3 Princípio da irretroatividade da lei tributária, 918
 - 9.4 Princípio da anterioridade tributária, 919
 - 9.5 Princípio da anterioridade mitigada ou nonagesimal, 920
 - 9.6 Princípio da vedação ao confisco, 922
 - 9.7 Princípio da ilimitabilidade do tráfego de pessoas ou de bens, 923
 - 9.8 Princípio da capacidade contributiva, 923
 - 9.9 Princípio da razoabilidade, 924
 - 9.10 Princípio da uniformidade, 925
- 10 Imunidades tributárias e limitações do poder de tributar, 925
- 11 Isenções tributárias, 929

Bibliografia, 931

Índice remissivo, 947